

PARTICULARIDADES E CONVERGÊNCIAS DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM PONTA GROSSA (PR)

*Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin**, *Simone de Fátima Flach***

RESUMO

Tendo como orientação epistemológica o materialismo histórico e dialético, o presente texto tem por objetivo apresentar resgate histórico dos dois momentos das ocupações secundaristas ocorridas em escolas de Ponta Grossa no Estado do Paraná, no ano de 2016. Tendo como material empírico publicações do jornal *A Rede*, indica as particularidades e as convergências entre os dois momentos. Para tanto, o texto apresenta elementos de conjuntura das ocupações, resgata os dois momentos das ocupações em Ponta Grossa no ano de 2016, e, por fim indica que nos dois momentos das ocupações em Ponta Grossa, houve a mobilização de estudantes em face precarização das condições educacionais e das políticas de austeridade presentes naquele momento histórico. Conclui-se que as ocupações evidenciaram o potencial combativo e o esforço da juventude para o enfrentamento de políticas governamentais.

Palavras-chave: movimento estudantil; ocupações secundaristas; mobilização de estudantes.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora Pedagoga do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná. ORCID: <http://orcid.org/000-0002-0564-8290>. Correio eletrônico: audiboutin@hotmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Departamento de Educação e do Programa e Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9445-0111>. Correio eletrônico: sfflach@uepg.br.

**PARTICULARITIES AND CONVERGENCES OF HIGH SCHOOL STUDENT
OCCUPATIONS IN PONTA GROSSA (PR)**

ABSTRACT

Guided by the epistemological framework of historical and dialectical materialism, this text aims to present a historical review of the two moments of high school student occupations that took place in schools in Ponta Grossa, in the state of Paraná, in 2016. Using publications from the newspaper A Rede as empirical material, it identifies the particularities and convergences between these two moments. To this end, the text provides an overview of the context of the occupations, retraces both phases of the occupations in Ponta Grossa in 2016, and ultimately indicates that in both instances, students mobilized in response to the deterioration of educational conditions and the austerity policies in place at that historical moment. It concludes that the occupations highlighted the combative potential and the efforts of youth in confronting government policies.

Keywords: student movement; high school student occupations; student mobilization.

2

**PARTICULARIDADES Y CONVERGENCIAS DE LAS OCUPACIONES
SECUNDARISTAS EN PONTA GROSSA (PR)**

RESUMEN

Guiado por el marco epistemológico del materialismo histórico y dialéctico, este texto tiene como objetivo presentar un rescate histórico de los dos momentos de las ocupaciones secundaristas que ocurrieron en escuelas de Ponta Grossa, en el estado de Paraná, en el año 2016. Utilizando como material empírico publicaciones del periódico A Rede, se identifican las particularidades y convergencias entre estos dos momentos. Para ello, el texto expone elementos del contexto de las ocupaciones, recupera ambos momentos de las ocupaciones en Ponta Grossa en 2016 y, finalmente, señala que en ambas instancias hubo movilización estudiantil frente a la precarización de las condiciones educativas y a las políticas de austeridad presentes en ese momento histórico. Se concluye que las ocupaciones

evidenciaron el potencial combativo y el esfuerzo de la juventud para enfrentar las políticas gubernamentales.

Palabras clave: *movimiento estudiantil; ocupaciones secundaristas; movilización estudiantil.*

1 INTRODUÇÃO

A participação política do corpo discente tem sido uma constante na trajetória social e política do Brasil, manifestando-se em diversos momentos históricos. A mobilização estudantil demonstrou sua relevância em uma variedade de contextos, notabilizando-se desde o apoio à Independência do Brasil em relação a Portugal, passando pelos embates em prol da abolição da escravatura e pela oposição ao nazifascismo. Adicionalmente, o movimento estudantil constituiu uma força de resistência significativa contra regimes autoritários, como o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Ditadura Militar instaurada em 1964 (Poerner, 1979).

As pautas educacionais sempre se manifestaram como uma demanda central nos embates políticos travados pelo movimento estudantil. No contexto republicano, essa luta ganhou projeção nacional por meio de campanhas, congresso e seminários ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Simultaneamente, a luta era articulada através de manifestações culturais promovidas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE em diversas cidades. A própria gênese da UNE evidencia essa prioridade, visto que em seu evento de fundação, o II Conselho Nacional dos Estudantes de 1938, foi apresentado um *Plano de Sugestões para a Reforma Educacional Brasileira*, no qual a entidade já defendia a democratização da universidade no país (Fávero, 1995, p. 19).

A pauta da democratização da educação foi um tema central nos Seminários de Reforma Universitária promovidos pela UNE a partir de 1960. Realizados nas cidades de Salvador, Curitiba e Belo Horizonte, esses encontros resultaram na elaboração de cartas e declarações em que os universitários denunciavam os problemas do ensino superior. Além da crítica social, os documentos apresentavam propostas e estratégias concretas visando à democratização e à ampliação da qualidade da educação no país (Fávero, 1995).

Na ditadura civil militar, iniciada em 1964, as demandas pela educação articularam-se com a oposição ao regime. A luta pela educação pública e de qualidade foi uma bandeira do movimento estudantil, refletindo os desafios e condicionantes impostos pela conjuntura

política. À frente da UNE e da UBES, os jovens, além de exercerem práticas de enfrentamento ao governo de modo clandestino, visto que a Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como “Lei Suplicy”¹, limitou o ativismo político estudantil, participaram de passeatas e manifestações de ruas, na luta pela democracia.

Com a abertura democrática em 1985, a participação política de estudantes foi assegurada por meio da Lei n.º 7.398, de 4 de dezembro de 1985, conhecida como “Lei do Grêmio Livre”, garantindo o direito a criação de grêmios estudantis nas entidades públicas de ensino. A frente dos grêmios estudantis, os estudantes ganharam o direito a participação livre, democrática e autônoma, como afirma os preceitos legais de um regime democrático.

Segundo Cintra e Marques (2009), a luta estudantil durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) notabilizou-se pela oposição ao projeto de mercantilização do ensino, manifestado principalmente na proposta de parcerias público-privadas. Este modelo, que continua a influenciar os objetivos de políticas e reformas educacionais contemporâneas, permanece como um ponto central de contestação e mobilização para as iniciativas políticas dos estudantes brasileiros.

Essas considerações indicam que a educação é um campo de resistência no qual se expressa uma relação de forças. De um lado o capital impõe um Estado mínimo, restringindo direitos socialmente adquiridos pela classe trabalhadora, limitando o acesso a uma educação efetivamente pública, democrática e de qualidade. De outro, o movimento estudantil realiza o enfrentamento das políticas restritivas do direito social da educação, questiona a hegemonia das políticas neoliberais e reafirma a importância da educação pública.

As ocupações estudantis de 2015 e 2016 demonstraram que a defesa da educação transcende uma pauta meramente setorial, integrando-se à luta por um projeto de sociedade que valoriza a igualdade, os direitos, a participação democrática e a inclusão. Embora as reivindicações apresentassem especificidades em cada instituição, o movimento manteve-se coeso em torno do objetivo central: a garantia de uma educação de qualidade e acessível para as classes populares.

Tendo em vista essa temática, ressalta-se a necessidade de explorar as ocupações secundaristas, investigando como esse movimento deu visibilidade a pauta da educação nas diferentes realidades. O foco específico da análise empreendida é o processo de ocupação em escolas de Ponta Grossa, no estado do Paraná. Nessa realidade, as ocupações foram

¹ A Lei de Suplicy tinha como objetivo transformar as entidades estudantis em aliados políticos e ideológicos do Ministério da Educação, substituindo-as por um órgão atrelado ao governo militar, o Diretório Nacional dos Estudantes (Poerner, 1979).

organizadas em dois momentos específicos permeados por características próprias, com pautas de lutas, posicionamentos da comunidade, organização do calendário, distintos.

Para tanto, o presente texto realiza um resgate histórico de dois momentos distintos das ocupações estudantis em Ponta Grossa, com o fito de analisar suas particularidades e convergências. O corpo empírico que subsidia a investigação foi construído a partir de um levantamento sistemático das publicações do portal de notícias *A Rede*. Este veículo consolidou-se como uma referência jornalística em Ponta Grossa e na macrorregião dos Campos Gerais, sendo a face digital do Grupo *A Rede*, conglomerado de mídia que integra também o centenário e tradicional *Jornal da Manhã*. Tal inserção confere ao material coletado uma perspectiva enraizada na cobertura local, sendo essencial para a compreensão do fenômeno. A análise documental circunscreveu-se ao rastreamento e à seleção de reportagens publicadas em suas edições *on-line* sobre as ocupações de 2016, sendo o tratamento dos dados orientado pelos pressupostos teórico-epistemológicos do materialismo histórico e dialético.

A estrutura deste trabalho articula-se em duas seções. A primeira delineia o panorama conjuntural que deu origem às ocupações de 2015 em São Paulo e ao movimento que, partindo do Paraná em 2016, disseminou-se nacionalmente. Na segunda seção, a análise volta-se especificamente para a cidade de Ponta Grossa, reconstituindo os dois momentos das ocupações de 2016 por meio do mapeamento cronológico e das instituições de ensino envolvidas. A investigação demonstra que, em ambos os casos, a mobilização discente emergiu como resposta direta à precarização das condições educacionais e à imposição de políticas de austeridade. As estratégias de luta, expressas em assembleias, manifestações e táticas organizativas, revelaram a notável capacidade de contestação da juventude e seu engajamento no confronto com as políticas governamentais nas esferas local, estadual e nacional.

2 OCUPAÇÕES DE 2015 E 2016: ELEMENTOS DE CONJUNTURA

As ocupações estudantis de 2015 e 2016 inscrevem-se no conjunto de iniciativas organizativas desenvolvidas por alunos do ensino médio, técnico e superior em resposta a políticas que cerceavam o direito efetivo a uma educação efetivamente pública e de qualidade. Ao desafiarem a lógica hegemônica neoliberal das classes dominantes, colocaram em perspectiva novas formas de organização política, autogestão e participação. Os estudantes, não apenas resistiram à horizontalidade imposta para as políticas públicas, mas também mostraram que os jovens são uma força importante na luta social.

Em 2015, num cenário de políticas restritivas que aprofundavam a lógica capitalista, eclodiram as mobilizações estudantis em São Paulo. O estopim foi a política de “reorganização escolar” proposta pelo então governador Geraldo Alckmin, que, implementada sem qualquer diálogo com a comunidade, visava reestruturar a educação básica no estado. O plano previa a separação dos ciclos de ensino (anos iniciais, anos finais e Ensino Médio) em unidades escolares distintas. Na prática, essa medida resultaria no fechamento de 94 escolas e na consequente transferência de aproximadamente 311 mil estudantes e 74 mil professores para outras instituições.

Oliveira (2016, p. 53) aponta que o movimento de ocupações paulista:

[...] nasceu de uma relação casual (causa/efeito) diante do antagonismo com a proposta de reorganização escolar do governo. As ocupações só se tornaram realidade quando o governo anunciou as 94 escolas que seriam fechadas e quais ciclos de ensino seriam encerrados. Dessa ação governamental veio a reação dos estudantes que continha uma intencionalidade política de ocupar e resistir, o que permitiu perceber que o movimento nascente despontava sob uma finalidade: barrar a reorganização e pautar a participação estudantil na direção e nos rumos das escolas.

A primeira ocupação estudantil em São Paulo ocorreu em 9 de novembro de 2015, na Escola Estadual Diadema, localizada no ABC paulista. O movimento expandiu-se rapidamente, alcançando 2.013 instituições de ensino em todo o estado ao longo de aproximadamente 40 dias. Essa rápida e ampla adesão às ocupações evidencia a centralidade de pautas como a defesa de uma educação pública, democrática e com participação social nas reivindicações do movimento estudantil.

De acordo com Marques (2019, p. 34) nas mobilizações estudantis paulistas emergiram debates sobre a democratização do ambiente escolar, já que muitas instituições eram marcadas por relações hierárquicas, nas quais os estudantes não tinham voz ou poder decisório. Outro tema central nas pautas das ocupações de 2015, foi a denúncia da precariedade das condições estruturais e pedagógicas das escolas públicas, da falta de recursos materiais básicos e da insuficiência de professores.

A disseminação de táticas e estratégias organizativas foi significativamente impulsionada pela atuação do coletivo Mal-Educado. Com base na experiência das mobilizações chilenas, o coletivo traduziu e publicizou o manual *Como ocupar um colégio?*, um documento que ofereceu um roteiro prático aos estudantes paulistas. O panfleto metodizava a divisão de tarefas cruciais para a autogestão do movimento, orientando a

formação de comissões responsáveis por áreas como limpeza, comunicação, segurança e alimentação.

Segundo Stoiev (2019), as ocupações paulistas deixaram um legado de autonomia e organização política que inspirou diretamente o movimento de 2016 no Paraná. Este, por sua vez, ocorreu em uma conjuntura de ameaças aos direitos sociais e trabalhistas, inserido em um processo mais amplo que culminaria na fragilização da democracia²brasileira.

Com a ascensão de Michel Temer ao cargo de Presidente da República, após um conturbado processo de *impeachment*, caracterizado por um golpe de estado, que depôs a presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), foram implementadas políticas restritivas dos direitos sociais. Dessas políticas, destacou-se a Reforma do Ensino Médio, introduzida pela Medida Provisória (MP) 746 e posteriormente consolidada como a Lei n.º 13.415/2017. Um dos objetivos da reforma era flexibilizar o currículo em cinco itinerários formativos³, cuja oferta ocorreria de acordo com as possibilidades dos sistemas de ensino e uma área comum, definida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além da prever a possibilidade da ampliação do ensino médio em tempo integral, o estabelecimento de parcerias entre entidades públicas e privadas e a atuação de profissionais com “notório saber” na oferta do itinerário formativo de educação técnica e profissional.

Ainda é importante destacar que a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241, que tramitou no Senado Federal como PEC 55, visava o congelamento de gastos públicos em áreas sociais, consideradas essenciais, como a educação e a saúde. Belmiro (2017, p. 15) ressalta que

o discurso oficial era de que o déficit nas contas públicas deveria ser combatido com a redução dos gastos do governo, principalmente em políticas sociais como saúde e educação. Os porta-vozes do Governo faziam uso nas redes sociais e na grande mídia de discurso baseado em questões macroeconômicas e termos técnicos para justificar a proposta, dizendo que os movimentos sociais, principalmente os estudantes das ocupações, não tinham conhecimento suficiente da PEC para se colocar contra ela.

Reagindo a este cenário, os estudantes paranaenses iniciaram um movimento de ocupação que ganhou projeção e adesão nacional entre os meses de outubro e dezembro de 2016.

² Em referência aos eventos antidemocráticos que se fizerem presentes na conjuntura brasileira como decorrência das eleições de 2018 e a emergência de ideologias ultraconservadoras.

³ Ciências da Natureza e suas tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas; Matemática e suas tecnologias; Formação Técnica e Profissional.

A rapidez com que o movimento cresceu ainda é algo marcante, mas, mais que isto, impressionou como, a par da discussão acerca da reforma do ensino médio, a experiência dos/das *ocupas*⁴, frente às vicissitudes, deflagrou a problematização destes e destas em torno de (sua) própria condição de estudantes e de jovens. Isto fez com que as ocupações fossem se autoelaborando ao longo da vivência na “família das ocupas” e que seus participantes amadurecessem em suas percepções e sobre seu próprio papel (Prates, 2017, p. 9).

As mobilizações de 2016 distinguiram-se das ocupações paulistas do ano anterior por sua abrangência, unificando estudantes dos níveis médio, técnico e superior. De acordo com o levantamento da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em âmbito nacional foram registradas 1.197 ocupações em instituições públicas. O estado do Paraná, contudo, consolidou-se como o principal polo do movimento, onde foram ocupadas 850 escolas da educação básica, 14 universidades e 03 núcleos regionais de educação (UBES, 2016).

Embora a oposição à reforma do ensino médio tenha sido o estopim do movimento, Groppo (2018) afirma que os estudantes agregaram demandas locais às suas pautas. Reivindicações como a melhoria da infraestrutura escolar e o acesso à alimentação de qualidade tornaram-se centrais. O autor também pontua que, para além das questões materiais, os participantes do movimento denunciaram o autoritarismo, o preconceito e as relações antidemocráticas presentes no cotidiano de algumas instituições (Groppo, 2018).

Prates (2017, p. 10) destaca que os ocupas se organizaram em face a “[...] necessidade de se pensar uma transformação profunda no sistema de ensino” de “[...] serem respeitados, ouvidos e, portanto, reconhecidos como cidadãos”. Além da oposição a reforma do ensino médio, os jovens denunciaram o Projeto Escola Sem Partido ou “Lei da Mordaça”, como estava sendo denominado. De acordo com Saviani (2017) esse projeto traria como consequência a fragilização da autonomia didática e pedagógica e do exercício do pensamento crítico de professores e alunos de escolas públicas, acirrando a luta de classes e possibilitando a emergência de pensamento conservador nas salas de aula.

A formulação de propostas conservadoras, a exemplo da “Lei da Mordaça”, é sustentada, conforme aponta Prates (2017, p. 56), pelo temor de que o ambiente educacional atue como um catalisador para a transformação social. Nesse sentido,

⁴ O termo “ocupa” foi adotado para designar estudantes envolvidos/as no processo de ocupação de escolas. Doravante, no texto, o termo será também utilizado com a mesma finalidade.

o sentimento que mobiliza os segmentos mais conservadores da sociedade e, por conseguinte, os autores e defensores da proposta apelidada de “Lei da Mordaça” é o medo. Medo de que a educação esteja a serviço da formação do pensamento crítico, emancipatório e da transformação social. Além disso, dados concretos – como: a forte politização de estudantes secundaristas que criam novas estratégias de luta, a resistência dos professores/as contra a precarização do trabalho e a privatização das escolas públicas, a luta das mulheres contra a cultura do estupro, a presença da juventude negra e periférica em espaços que historicamente lhes foram negados – geram temor em setores sociais, acomodados em seus próprios privilégios (Prates, 2017, p. 56).

Replicando o modelo organizativo das ocupações de São Paulo, a dinâmica interna das mobilizações de 2016 foi fundamentada em um sistema de comissões de trabalho. A autogestão do movimento manifestou-se em uma intensa agenda de atividades, que incluía aulas públicas, oficinas temáticas, palestras e manifestações artísticas e culturais. Adicionalmente, as assembleias se consolidaram como o espaço central para a tomada de decisões e para os encaminhamentos políticos do movimento.

Nesse contexto,

9

era possível presenciar, durante as ocupações, várias discussões e debates sobre o que seria trabalhado nos dias seguintes, momentos nos quais assembleias eram organizadas por comitês e cada comitê era responsável por apresentar alguma proposta de discussão ou atividade que seria feita nos dias posteriores. A proposta de organização dos alunos era feita de forma vertical, dado que todos poderiam contribuir e apresentar ideias, além de salientar pontos positivos e negativos que ocorriam durante todo o processo. Este meio de organização reacende nos jovens alunos alguns conceitos importantes como a democracia e luta por direitos sociais. Aquelas ocupações significavam aos alunos ocupantes uma maneira de se manifestar e declarar à sociedade que ali também existia democracia, como também política (Marques, 2019, p. 50).

Em meio a essa rotina organizativa nascia uma escola inovadora, democrática e inclusiva. De acordo com Oliveira (2016, p. 53), “essa nova escola, nasce no seio da velha escola a partir da iniciativa dos estudantes, não de professores, nem de diretores tampouco do estado político”. Nesse contexto, os estudantes “[...] nos ensinaram é que é preciso ousar para tudo ter e de que o amanhã nasce do hoje. Por isso, essa nova educação implica partir dos reais anseios dos estudantes” (Oliveira, 2016, p. 53).

Dessa forma, as ocupações exerceram uma função pedagógica fundamental na formação dos jovens, revitalizando a discussão sobre como os princípios da democracia participativa podem ser vivenciados e apreendidos a partir de práticas curriculares alternativas.

Para Gohn (2012, p. 22),

a construção da cidadania coletiva se realiza quando identificados os interesses opostos e parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de mandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social.

Ao romper a lógica da política tradicional, as ocupações possibilitaram a vivência de uma nova forma de sociabilidade e prática política. Com isso, os secundaristas quebraram a lógica individualista que frequentemente caracteriza a rotina escolar, construindo uma vivência coletiva e solidária e transcendendo contestação política, experimentaram no concreto novas formas de organização social e democrática (Ortellado, 2016)

Além de debater com a diversidade de ideias, que se fazia presente no movimento, os ocupas precisaram enfrentar a polarização e a crítica de parcela da sociedade em relação as ocupações. Nesse contexto, destacou-se o enfoque dado pela mídia tradicional hegemônica que retratou o movimento de forma crítica, destacando os transtornos causados às aulas e avaliações, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além disso, o Movimento Brasil Livre - (MBL) desempenhou um papel ativo ao mobilizar a campanha “Desocupa Paraná”, reivindicando a imediata desocupação das escolas e criticando a legitimidade das ocupações (Boutin; Flach, 2017).

Essa situação expressa que na sociedade capitalista, a disputa pela hegemonia e pela construção de uma visão de mundo dominante orienta a luta de grupos ou classes antagônicas. Essa relação de forças não é estática, mas se movimenta dialeticamente de acordo com as condições históricas, de modo a conservar ou transformar as relações materiais, políticas e ideológicas (Gramsci, 2016).

Gramsci (2015) afirma que embora os grupos subalternos de forma esporádica e temporária se unifiquem e que essa unificação seja “[...] continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes” o domínio dominante só será finalizado “[...] com o ciclo histórico encerrado” (Gramsci, 2015, p. 135). Assim, a superação das relações sociais de produção é um processo contínuo, que requer a organização consciente e estratégica dos grupos subalternos.

Para avançar no processo de transformação social, é importante que haja a organização consciente da classe trabalhadora. O enfrentamento das contradições do capitalismo, o

desenvolvimento da capacidade de mobilização e a leitura crítica das relações políticas e econômicas do nosso tempo são fundamentais para que a luta social coletiva seja possível.

Os movimentos de ocupação das escolas em 2015 e 2016 podem ser interpretados como manifestações concretas da organização estratégica dos grupos subalternos. Diante de políticas que aprofundavam a precarização do ensino e representavam a “iniciativa dos grupos dominantes” para reconfigurar a educação segundo seus interesses, os estudantes forjaram momentos de unificação e resistência.

À luz do pensamento gramsciano, as ocupações estudantis não representam o “ciclo histórico encerrado”, mas sim uma batalha na luta pela hegemonia. As ocupações demonstram a capacidade de organização dos grupos subalternos ao contestarem o poder dominante, deixando sementes de autonomia e consciência crítica que são indispensáveis para o contínuo processo de superação das atuais relações sociais de produção.

Nas discussões sobre as ocupações estudantis é importante considerar que, embora a pauta central fosse a reforma do ensino médio, as pautas se ampliaram incorporando reivindicações e demandas específicas que variavam de acordo com a realidade na qual os estudantes se inseriam. Diante disso, faz-se necessário aprofundar o debate sobre essas especificidades, buscando delinear os elementos para além da reforma do ensino médio que estiveram presentes na luta dos estudantes.

11

3 APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS OCUPAÇÕES EM PONTA GROSSA: DOIS MOMENTOS

O município de Ponta Grossa, inserido na mesorregião do Segundo Planalto Paranaense, abrange uma extensão territorial de 2.054,732 km². Demograficamente, classifica-se como o quarto mais populoso do estado do Paraná⁵ com 358.371 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para atender a essa população, a rede estadual de ensino dispõe de 48 colégios que, conjuntamente, acolhem 40.430 matrículas nos ensinos fundamental e médio.

O movimento de ocupações secundaristas em Ponta Grossa, no ano de 2016, articulou-se em dois momentos cronologicamente separados. O evento precursor data de 1.^º de agosto, quando foi ocupada a Escola Estadual Frei Doroteu de Pádua, situada no bairro Chapada, uma

⁵ As três cidades com maior número de habitantes no Paraná são: Curitiba, com 1.829.225 habitantes, Londrina com 577.318 habitantes e Maringá com 425.983 habitantes (IBGE, 2024).

localidade periférica a mais de 20 km do centro da cidade. Posteriormente, em 5 de outubro, uma segunda onda de ocupações teve início, notavelmente apenas dois dias após o marco inicial do movimento em âmbito estadual, deflagrado em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba).

Em ambas as fases das ocupações em Ponta Grossa, a reivindicação central foi a defesa de uma educação pública e de qualidade. Essa demanda principal desdobrou-se em pautas específicas, que incluíam a oposição à reforma do ensino médio em âmbito nacional e, localmente, a denúncia da negligência do governo estadual para com a educação pública. Tal descaso era percebido de forma mais acentuada nas escolas periféricas, sendo o Colégio Estadual Frei Doroteu de Pádua um exemplo emblemático.

A precariedade da infraestrutura dessa instituição refletia diretamente a falta de investimentos governamentais. O colégio apresentava salas de aula de madeira superlotadas construídas como medida paliativa para a alta demanda de alunos, além de avarias estruturais como buracos em paredes e pisos, banheiros insuficientes ou em péssimo estado de conservação e carência de materiais didático-pedagógicos. É fundamental ressaltar que a comunidade escolar já reivindicava reformas prediais junto ao governo do Estado desde 2008, sem obter resposta satisfatória.

Na Figura 1, é possível identificar os problemas estruturais que se faziam presentes na instituição no ano de 2016:

12

Figura 1 - Colégio Frei Doroteu de Pádua (2016)



Fonte: Sinduepg (2016).

Sem nenhum retorno a respeito dos possíveis investimentos no Colégio ou sem perspectiva de reformas estruturais, os alunos ocuparam a instituição no dia 1.º de agosto de 2016. Nesse primeiro momento das ocupações de Ponta Grossa, a demanda era a melhoria das condições estruturais.

O suporte logístico e político à ocupação do Colégio Frei Doroteu foi oferecido pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa (UMESP). A mobilização contou com a adesão de cerca de 200 discentes dos ensinos fundamental e médio. De forma estratégica, a ocupação foi deflagrada no período de recesso escolar, o que evitou qualquer impacto sobre o calendário de aulas e avaliações. Além do suporte estudantil organizado, o movimento obteve a chancela da comunidade escolar local.

Durante o primeiro momento das ocupações de Ponta Grossa, foram realizadas as seguintes atividades:

[...] culturais, esportivas e educativas, como as oficinas de pipa e de libras. Esta foi organizada para proporcionar a inclusão de alunos com deficiência auditiva e de comunicação. Os alunos fizeram um mutirão para a limpeza dos banheiros, de lote e também confeccionaram grafite em uma parede da escola. Reparos foram realizados na residência do caseiro do colégio. Suportes de lâmpadas, que estavam acumulados sem utilização foram recolhidos por um caminhão enviado pelo Núcleo Regional de Educação (Portal Comunitário, 2016, p. 1).

A documentação da ocupação foi sistematicamente realizada pelo Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG), por meio da coleta de registros fotográficos, entrevistas e depoimentos. Esse acervo serviu de base para o documentário intitulado “Ocupação Colégio Estadual Frei Doroteu de Pádua, Ponta Grossa – PR”. A análise do conteúdo dessa produção audiovisual permite identificar a centralidade do diálogo com a comunidade adjacente como estratégia fundamental para a obtenção do suporte familiar ao movimento discente

A mobilização estudantil foi um instrumento fundamental para evidenciar o estado de precarização do colégio. Durante o período em que a ocupação transcorreu, a comunidade de Ponta Grossa conscientizou-se de que o movimento era pacífico e que os alunos reivindicavam o direito básico a um espaço educacional digno. Essa legitimação perante a opinião pública fomentou o apoio de discentes de outras escolas, cuja solidariedade foi manifestada, principalmente, no ambiente virtual com o uso das hashtags #OcupaFreiDoroteu e #ContraCortesNaEducação.

O desfecho da primeira ocupação ocorreu após uma semana de mobilização, quando Victor Hugo Boselli, então Superintendente de Desenvolvimento Educacional do Governo do Paraná, interveio e estabeleceu um canal de diálogo com os estudantes. Dessa negociação resultou o compromisso governamental de executar reformas emergenciais na instituição até o ano subsequente, 2017. A formalização desta promessa foi o fator determinante para que os discentes encerrassem o movimento e desocupassem o prédio de forma pacífica, concluindo o primeiro momento das ocupações em Ponta Grossa.

O segundo e mais amplo momento das ocupações em Ponta Grossa ocorreu em outubro de 2016, quando 26 colégios estaduais foram mobilizados. A pauta inicial do movimento era a contestação à reforma do ensino médio, mas, com o tempo, o escopo das reivindicações foi ampliado para incluir demandas particulares de cada comunidade escolar.

A ocupação do Colégio Ana Divanir Borato marcou o início desta nova onda. A partir dela, a UMESP catalisou a expansão do movimento por meio da organização de atos públicos, como passeatas e manifestações na região central. Essa estratégia de mobilização social mostrou-se eficaz, promovendo uma rápida e sucessiva adesão de outras instituições de ensino fundamental e médio do município.

A reconstituição cronológica dos eventos das ocupações secundaristas de 2016 na cidade de Ponta Grossa foi elaborada a partir de uma pesquisa documental *online*, tendo como corpus de análise o acervo do portal jornalístico *A Rede*. A relevância do portal como fonte de dados é amplificada por sua evolução editorial: o grupo transitou de um modelo operacional com equipes distintas, que atendiam separadamente às especificidades do jornalismo online e impresso para uma redação unificada com sistemas de gestão de conteúdo (A Rede, 2024).

A análise do material produzido nesse portal midiático permitiu, assim, o mapeamento das instituições de ensino ocupadas e a delimitação do período de cada mobilização, cujos dados foram sistematizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Cronologia das ocupações secundaristas em Ponta Grossa (PR) – 2016

Data	Escola ocupada
05/10	Colégio Estadual Ana Divanir Boratto
06/10	Colégio Estadual Polivalente
07/10	*Colégio (Cívico-Militar) Dr. Epaminondas Ribas Novaes Colégio Estadual Regente Feijó
10/10	Instituto de Educação Professor Cesar Prieto Martinez Colégio Estadual Meneleu de Almeida Torres
11/10	Colégio Estadual Presidente Kennedy Colégio Estadual José Gomes do Amaral Colégio Estadual Professora Elzira Correa de Sá Colégio Estadual Agrícola Augusto Ribas
12/10	Colégio Estadual Professora Sirley Jagas
13/10	Colégio Estadual José Elias da Rocha Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila Colégio Estadual 31 de Março *Colégio Estadual (Cívico-Militar) Nossa sra. Da Glória Colégio Estadual Nossa sra. Das Graças Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansesn *Colégio Estadual (Cívico-Militar) Professor Colares Colégio Estadual Júlio Teodorico
14/10	Colégio Estadual Professor Ricardo Von BorellduVernay
Após 17/10	Colégio Estadual Dorah Gomes Daitschman *Colégio Estadual (Cívico-Militar) Professor Edilson Pietrobeli Colégio Estadual Colônia Dona Luiza *Colégio Estadual (Cívico-Militar) Frei Doroteu de Pádua *Colégio Estadual (Cívico-Militar) General Osório *Colégio Estadual (Cívico-Militar) General Antônio Sampaio

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nota: as instituições destacadas com asterisco (*), posteriormente, tornaram-se instituições cívico-militares⁶.

⁶ Importante destacar que a inserção dessas instituições de ensino no Programa Educacional das Escolas Cívico-Militares, não está descolada da estratégia de limitar a formação do pensamento crítico, a liberdade de expressão e organização política dos alunos.

O Colégio Estadual Ana Divanir Borato foi ocupado no dia 5 de outubro de 2016, abrindo caminho para a ocupação dos demais colégios em Ponta Grossa. Além da oposição da reforma do ensino médio, os ocupas reivindicaram a construção de uma sede própria, visto que, naquele momento, dividiam espaço com a Escola Municipal Professor Faris Antônio Michaele. Importante destacar que os ocupas almejavam não apenas uma sede própria para o colégio, mas também com salas de aula espaçosas e a implantação de uma turma de 3º ano em período noturno (Packer, 2016, p. 1).

A partir do dia 7 de outubro as ocupações começam a ganhar força e adesão na cidade. Neste dia, destaca-se a ocupação do Colégio Estadual Regente Feijó, localizado na região central de Ponta Grossa, fundado em 1927, sendo uma das instituições escolares mais antigas da cidade. A ocupação do Colégio Regente Feijó, foi decidida em assembleia, após uma reunião entre os alunos e a UMESP. Naquela oportunidade, os representantes da UMESP apresentaram aos alunos uma proposta de ocupação, além de discutir sobre os impactos da reforma do ensino médio na educação pública (Souza, 2016, p. 1).

A onda de ocupações em Ponta Grossa atingiu seu ápice com 26 escolas e culminou na tomada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A rápida sucessão, com 20 escolas ocupadas até o dia 14 de outubro, demonstrou a emergência de uma consciência coletiva que se opunha às reformas educacionais.

A ocupação da UEPG, em 19 de outubro, marcou a maturação do movimento. Ali, os estudantes universitários, não apenas apoiaram as pautas secundaristas, mas ampliaram o escopo da luta, conectando a política nacional a demandas materiais imediatas, como o preço do Restaurante Universitário e a assistência estudantil. Essa articulação entre o geral e o particular é um passo fundamental na construção de outra hegemonia.

Durante a paralisação, a suspensão da rotina burocrática deu lugar a práxis política: os estudantes não apenas articularam suas demandas, mas se apropriaram do espaço físico, realizando reformas, pinturas e limpezas. Este ato simbólico transformou a reitoria, um centro do poder administrativo, em um território de autogestão e crítica material à negligência estatal.

Deste modo, as ocupações em Ponta Grossa foram mais do que um simples protesto, convertendo a escola tradicionalmente entendida como aparelho de reprodução da hegemonia dominante em uma trincheira de resistência. No seio dessa luta, os estudantes desafiaram o “senso comum” de que deveriam ser meros receptores de conhecimento e políticas, desenvolvendo consciência crítica. Em que pese as inúmeras contradições que

permearam o movimento é possível afirmar que as ocupações deixaram um legado pedagógico sobre organização e táticas de luta, provando que, no terreno da educação, a batalha por uma nova hegemonia é não apenas possível, mas necessária.

4 CONCLUSÃO

As ocupações estudantis de 2015-2016 foram um episódio exemplar da luta de classes no Brasil contemporâneo. Elas expuseram as contradições do capitalismo, demonstrando como as políticas de austeridade impactam a vida concreta da população. O movimento foi uma reação da juventude, majoritariamente da classe trabalhadora, que, mesmo temporariamente, desafiou o poder do Estado e transformou os aparatos de reprodução ideológica em espaços de organização e resistência. Seu legado, embora não se traduza em vitórias legais imediatas, reside na síntese dialética que produziu: uma experiência material de luta que moldou a consciência de uma geração e enriqueceu o repertório da classe trabalhadora para os embates futuros.

Ao analisarmos o Primeiro Momento das ocupações de 2016 na cidade de Ponta Grossa, identificamos que a organização dos jovens foi impulsionada pela necessidade de reformas no Colégio Frei Doroteu de Pádua. Essa demanda foi restrita a realidade da instituição de ensino, organizada com o apoio da UMESP que auxiliou os ocupas quanto as estratégias organizativas e desenvolvimento da rotina das ocupações. Além disso, essa ocupação deu visibilidade para a condição precária vivenciada no colégio, que foi determinante para que a sociedade de Ponta Grossa apoiasse a manifestação dos estudantes.

No segundo momento das ocupações de Ponta Grossa, os estudantes protestaram contra a reforma do ensino médio e a PEC 241, somando forças a luta nacional que estava ocorrendo em diferentes instituições de ensino no país. Os ocupas ponta-grossenses incorporaram nas manifestações outras demandas, que variaram de acordo com as condições estruturais das instituições de ensino. A UMESP teve um papel importante, articulando os estudantes de outras instituições, promovendo assembleias e debates de conscientização sobre as políticas públicas para a educação.

Pode-se afirmar que nos dois momentos das ocupações em Ponta Grossa, houve a mobilização dos estudantes em face precarização das condições educacionais e as políticas de austeridade afetavam diretamente os estudantes. É também possível indicar que a mobilização dos estudantes em assembleias, manifestações e a organização de táticas e estratégias de lutas,

mostram o potencial combativo dos estudantes organizados e o esforço da juventude para desafiar as políticas impostas pelo governo.

Portanto, ao avaliarmos os dois momentos que transcorreram as ocupações na cidade de Ponta Grossa, é possível pensar que um movimento político que “[...] pretenda construir uma hegemonia na sociedade, precisa não apenas criticar e se separar do projeto global vigente, mas deve, principalmente, apresentar propostas superiores e mais abrangentes de sociedade” (Semeraro, 1999, p. 82-83). As ocupações em Ponta Grossa, mostram uma ação concreta “[...] de desconstrução das bases hegemônicas do grupo no poder” (Semeraro, 1999, p. 82-83), mostrando que a crítica da hegemonia vigente deve ser acompanhada da luta social, orientada por uma alternativa social que contemple uma educação democrática, universal e de qualidade.

REFERÊNCIAS

A REDE. Ato contra ocupação na UEPG reúne centenas de alunos. Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/116156/ato-contra-ocupacao-na-uepg-reune-centenas-de-alunos>. Acesso em: 15 ago. 2023.

18

A REDE. Jornal da Manhã integra empresas do Grupo a Rede. Ponta Grossa, 2024. Disponível em: <https://arede.info/especial-grupo-arede/526841/jornal-da-manca-integra-empresas-do-grupo->. Data de acesso: 1 set. 2025.

A REDE. Pela segunda vez na história, alunos ocupam a reitoria em sinal de protesto. Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/115938/pela-segunda-vez-na-historia-alunos-ocupam-reitoria-em-sinal-de-protesto?d=1>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BOUTIN, Aldimara C.B.D.; FLACH, Simone. F. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Inter-Ação (UFG online)**, v. 42, n. 2, p. 429-446, 2017.

BELMIRO, L. Significados da luta contra a PEC da morte. In: PRATES, G.; RUGGI, L. O.; SILVA, M. R. da.; MACHADO, V. F. (org.). **Ocupar e resistir: memórias de ocupação** Paraná 2016. Curitiba: Setor de Educação - UFPR, 2017.

CINTRA, A.; MARQUES, R. **UBES - uma rebeldia consequente**: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil. São Paulo: Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

FÁVERO, M. de L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: risorgimento: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 3.

GROOPPO, L. A. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, A. A. F.; GROOPPO, L. A. (org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2018. p. 85-117.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasília, DF: IBGE, 2020.

MARQUES, E. H de F. **Movimentos sociais estudantis no Brasil em fins de 2016**: uma análise das ocupações escolares em Ituiutaba- MG. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ORTELLADO, P. A primeira flor de junho. In: CAMPOS, A, M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M, M. **Escolas de lutas**. São Paulo: Editora Veneta, 2016. p. 12-18.

OLIVEIRA, S. B de. As ocupações secundaristas em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida. **Revista Pensata**, v. 5, n. 6, p. 52-56, nov. 2016.

PRATES, G. Ocupar, resistir, desobedecer. In: PRATES, G.; RUGGI, L. O.; SILVA, M. R. da.; MACHADO, V. F. (org.). **Ocupar e resistir**: memórias de ocupação Paraná 2016. Curitiba: Setor de Educação - UFPR, 2017.

PACKER, A. Estudantes ocupam escola estadual na vila borato. **A Rede**, 5 out. 2016. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/115055/estudantes-ocupam-escola-estadual-na-vila-borato?d=1>. Acesso em: 9 dez. 2024.

PORTAL COMUNITÁRIO. **Ocupação encerrou, mas a resistência apenas começou**. Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://memoria.apps.uepg.br/portalcomunitario/index.php/movimento-estudantil/4757-ocupacao-encerrou-mas-a-resistencia-apenas-comecou.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, R. Após reunião, alunos ocupam Regente Feijó. **A Rede**, 7 out. 2016. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/115213/apos-reuniao-alunos-ocupam-regente-feijo?d=1>. Acesso em: 9 dez. 2024.

STOIEV, F. **A experiência das ocupações no Paraná**: narrativas dos estudantes secundaristas sobre a escola pública. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **UBES divulga a lista das escolas ocupadas e pauta das mobilizações.** 11 out. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>. Acesso em: 28 out. 2018.

SINDUEPG – Sindicato dos docentes da UEPG. **Ocupação do Colégio Frei Doroteu de Pádua, Ponta Grossa – PR.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZI_99AbQPF4. Acesso em: 19 ago. 2023.

SAVIANI, D. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S; LUCENA, L. **A crise da democracia brasileira.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

Recebido em: 20 fev. 2025.

Aceito em: 11 set. 2025.